



EIXO 10: TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O PROFESSOR E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIRETRIZES DA UNESCO, OCDE, E BANCO MUNDIAL

Euline Melo Sales

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
euline.melo@estudante.ufcg.edu.br

Andréia Ferreira da Silva

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
silvaandrea@uol.com.br

Financiamento: Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT) e CAPES.

Resumo

Este trabalho apresenta a pesquisa de iniciação científica (PIBIC), em andamento, intitulada “As orientações dos organismos internacionais - Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) - para a inserção de tecnologias digitais na educação escolar: diagnóstico e propostas.” Vincula-se ao “Observatório de pesquisa da educação básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente”, desenvolvida por várias instituições de ensino superior do país, e integra o (INCT) Políticas públicas e profissão docentes, financiado pelo CNPq e CAPES.

A pesquisa tem como objetivo analisar as diretrizes dos organismos internacionais selecionados, para a inserção de tecnologias digitais na educação escolar. A investigação baseia-se na revisão de bibliografia, que trata a atuação das organizações internacionais políticas educativas globais e no Brasil, e na análise de documentos de política educacional.

Foi selecionado um documento de cada organismo, disponível em seus sites oficiais. Assim o estudo consiste no estudo dos seguintes textos: 1) “Reimaginar nossos futuros juntos, um novo contrato social para a Educação” (UNESCO), 2) “Perspectivas



internacionais para a reforma da educação digital: diálogos com foco em políticas para o Brasil" (OCDE), e 3) “Revolução da IA na educação o que você precisa saber” (BM).

O estudo dos documentos busca identificar e analisar as seguintes concepções e propostas dos organismos selecionados: educação escolar; professor e seu papel; diretrizes para a educação escolar; e propostas e dificuldades para a inserção de tecnologias na educação escolar.

Neste resumo selecionou-se a análise da concepção de professor e seu papel de cada um dos três organismos.

A UNESCO, no relatório em estudo, apresenta a importância dos professores como "figuras essenciais na transformação educacional e social" (2022, p. 88). No entanto, o relatório carece de propostas sistematizadas de como reverter as condições precárias de trabalho, apontadas pelo próprio organismo, da sobrecarga profissional, desvalorização e, principalmente, das desigualdades na formação e distribuição docente entre regiões e classes sociais (UNESCO, 2022, p. 83).

Embora o relatório reconheça que as tecnologias, como IA e sistemas de responsabilização, podem comprometer a autonomia dos professores, destaca os ganhos de eficiência dessas ferramentas. Desse modo, há uma contradição na forma como esse tema é apresentado, pois, ao mesmo tempo em que a UNESCO alerta para os riscos do gerencialismo e da vigilância, ao apontar que o uso de softwares de reconhecimento facial e IA para monitoramento de estudantes e professores por Estados poderia produzir a “vigilância política dos professores sendo antitético.” (UNESCO, 2022, p. 86), prevalece, no documento, a postura de naturalização da expansão tecnológica que reforça uma lógica de controle, em vez do fortalecimento de políticas de formação crítica dos professores para uso pedagógico dessas tecnologias, conforme proposto pelo próprio documento. (UNESCO, 2022, p. 86).

O documento afirma ainda que “o trabalho dos professores envolve uma enorme responsabilidade e como tal, deve ser responsabilizado perante a sociedade e sobretudo, perante o futuro” (UNESCO, 2022, p. 86). No entanto, o documento não responsabiliza, com a mesma ênfase, os sistemas políticos, gestores e estruturas de poder que criam ambientes de precariedade, pressão e vigilância. Essa situação revela uma discrepância



nas exigências: cobra-se muito do professor e pouco a transformação dos sistemas de ensino.

O documento da OCDE, por sua vez, revela uma concepção do professor mais funcionalista, centrada principalmente na ideia de que deve implementar políticas digitais e preparar os alunos para as exigências tecnológicas e produtivas do mercado. Mesmo com a ênfase no fortalecimento de habilidades digitais no Brasil e a crítica à descontinuidade das políticas públicas, o documento não destaca o professor como um sujeito protagonista no processo educativo, nem como sujeito capaz de se envolver diretamente nas discussões para construção das diretrizes.

O organismo não apresenta diretrizes para uma formação docente crítica ou para a melhora das condições de trabalho dos professores.

O documento da OCDE naturaliza uma postura tecnicista, ao apresentar o professor como agente “transmissor” de competências digitais e facilitador de processos que visam ganhos de produtividade econômica, sem ser reconhecido como intelectual, mediador cultural e sujeito transformador do contexto escolar e social.

No documento do BM, o professor é concebido como um agente que atua com o suporte de ferramentas tecnológicas, que automatizam tarefas rotineiras e oferecem sugestões pedagógicas baseadas em grandes volumes de dados educacionais. A inteligência artificial é descrita como um recurso que transforma a profissão docente ao fornecer “ferramentas e soluções inovadoras que apoiam os educadores durante todo o ciclo de vida de suas carreiras” (BANCO MUNDIAL, 2024, p. 11). Assim, a atuação docente deve ser constantemente monitorada, aperfeiçoada e direcionada por sistemas digitais capazes de fornecer *feedback* contínuo e personalizado, com o objetivo de aumentar a eficácia e a responsividade às necessidades dos alunos. Assim, o professor é compreendido com uma função operacional, voltada à aplicação de conteúdos e metodologias previamente estruturadas por algoritmos. Conforme indicado no relatório, a proposta do uso de tecnologias de planejamento de aulas com IA buscam “combinar os benefícios dos planos de aula estruturados com a flexibilidade para a autonomia e adaptabilidade do professor” (BANCO MUNDIAL, 2024, p. 16). Desse modo, propõe uma noção de autonomia condicionada... controlada.



Além disso, para o BM, a IA assume uma função na formação continuada do docente, quando propõe que esta deverá fornecer *feedbacks* em tempo real para aprimoramento do desenvolvimento profissional do corpo docente (Banco Mundial, 2024, p. 12).

Ainda que reconheça a importância da presença do professor, a IA é colocada, pelo BM, como mediadora da prática para que os professores possam se dedicar ainda mais a suas atividades propriamente humanas, defendendo assim que a inserção da tecnologia estará ajudando a reduzir significativamente a carga administrativa do corpo docente. (Banco Mundial, 2024).

Conclui-se que os organismos reconhecem a importância dos docentes, mas, nos documentos, predominam propostas que limitam o seu protagonismo. Em comum os organismos reforçam a inserção das tecnologias digitais, mas negligenciam propostas de políticas que assegurem condições de trabalho dignas, formação crítica e participação efetiva dos professores nas decisões educacionais. Também expressam uma concepção de autonomia controlada e vigiada.

Palavras-chave: Organismos internacionais, Professores, Tecnologias digitais.

Referências

Molina, Ezequiel, Cristobal Cobo, Jasmine Pineda e Helena Rovner. 2024. A revolução da IA na Educação: O que é preciso saber. Inovações digitais na educação. Washington, DC: Banco Mundial.

OCDE. Perspectivas internacionais para a reforma da educação digital: diálogos com foco em políticas para o Brasil. OCDE;. – São Paulo: Fundação Itaú, 2024.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. - Brasília. Comissão internacional sobre os futuros da educação. UNESCO: Fundação SM, 2022.